

JUVENTUDES E VELHICES



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

CARLOS RAUL ETULAIN – CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO
DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN – FREDERICO AUGUSTO GARCIA FERNANDES
IARA BELELI – MARCO AURÉLIO CREMASCO – PEDRO CUNHA DE HOLANDA
SÁVIO MACHADO CAVALCANTE – VERÓNICA ANDREA GONZÁLEZ-LÓPEZ

EDIVALDO GÓIS JUNIOR

Juventudes e velhices

Uma história de práticas
saudáveis de educação física

EDITORIA
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIVISÃO DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO
Bibliotecária: Maria Lúcia Nery Dutra de Castro – CRB-8ª / 1724

G561j Góis Junior, Edivaldo

Juventudes e velhices : uma história de práticas saudáveis de educação física / Edivaldo Góis Junior. – Campinas, SP : Editora da Unicamp, 2024.

1. Educação física – História. 2. Educação física para Idosos. 3. Velhice. 4. Juventude. I. Título.

CDD – 796.09
– 613.7044
– 305.26
– 305.23

ISBN 978-85-268-1639-8

Copyright © by Edivaldo Góis Junior
Copyright © 2024 by Editora da Unicamp

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste livro são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

Dedico este livro a Deus, por ter dado tanta proteção;
aos meus filhos, Larissa e Felipe; à minha companheira,
Soraya, e aos meus pais, Edna e Edivaldo (*in memoriam*),
por terem me dado tudo o que sou.

AGRADECIMENTOS

As pesquisas que deram base a este livro resultaram do financiamento de dois projetos. O primeiro, intitulado “Educação do corpo e identidades brasileiras: representações sobre juventude e envelhecimento na construção da nação na década de 1930”, foi financiado pela Fapesp (processo n. 2016/00617-6). O segundo projeto, “Práticas de educação física e representações sobre juventude e velhice em São Paulo e Rio de Janeiro (1969-1988)” está em andamento e é financiado pelo CNPq, Bolsa de Produtividade em Pesquisa (processo n. 304575/2021-6) e pela Fapesp (processo n. 2022/13537-1). Agradeço às agências pelo fomento à pesquisa.

Agradeço aos meus primeiros orientadores, Hugo Rodolfo Lovisolo e Pedro Ângelo Pagni. A todos os meus orientandos de pós-graduação, em especial Diego Ferreira Lima, Gabriela Marta Marques Oliveira, Ígor Cavalcante Doi, Leonardo Mattos da Motta Silva, Renan Felipe Correia e Samuel Ribeiro dos Santos Neto, que fizeram parte da equipe de pesquisa e colaboraram com o estudo, por meio do grupo Corpo e Educação. Aos pesquisadores que dialogaram comigo em diversos momentos e na publicação de artigos em periódicos com dados parciais, como André Dalben (Unifesp), Carmen Lucia Soares (Unicamp) e Evelise Amgarten Quitzeu (UFV).

A elaboração deste livro é também dedicada aos estudantes da Unicamp, aos meus amigos, amigas e colegas da Faculdade de Educação Física: Ademir De Marco (*in memoriam*), Carmen Lucia Soares, Claudia

Regina Cavaglieri, Elaine Prodócimo, Helena Altmann, Laurita Marconi Schiavon, Mara Patrícia Chacon-Mikahil, Marcos Paulo Uchida, Mario Luiz Ferrari Nunes, Olívia Cristina Ferreira Ribeiro, Sérgio Settani Giglio e Silvia Cristina Franco Amaral; aos servidores não docentes da Faculdade de Educação Física da Unicamp, em especial Simone Malfatti; aos amigos da Faculdade de Educação da Unicamp e da Linha Educação e História Cultural, André Luiz Paulilo e Heloísa Helena Pimenta Rocha; aos amigos da Faculdade de Educação da UFRJ, Antônio Jorge Gonçalves Soares e Marcos Antônio Carneiro Silva.

Agradeço aos primeiros leitores e leitoras do texto, ainda em sua versão como tese de livre-docência, Alex Branco Fraga (UFRGS), Andrea Moreno (UFMG), Maria Stella Bresciani (Unicamp), Michel Nicolau Netto (Unicamp), Roberto Rodrigues Paes (Unicamp) e Victor Andrade de Melo (UFRJ). Suas interpretações, sugestões e críticas foram fundamentais para a publicação deste livro.

Por fim, ressalto que esta publicação só foi possível por conta do trabalho arquivístico de vários profissionais que sustentam a preservação da memória em um país que insiste em esquecer seu passado. Desse modo, agradeço às instituições que disponibilizaram seus acervos, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, a Biblioteca Nacional, o Centro de Memória Unicamp, além das bibliotecas da Faculdade de Medicina da USP, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Faculdade de Educação e da Faculdade de Educação Física da Unicamp.

Todas essas pessoas e instituições foram e são fundamentais em minha carreira acadêmica.

*Tempo, tempo, tempo, tempo
Vou te fazer um pedido
Compositor de destinos
Tambor de todos os ritmos
Entro num acordo contigo
Por seres tão inventivo
E pareceres contínuo
És um dos deuses mais lindos
Que sejas ainda mais vivo
No som do meu estribilho
Ouve bem o que eu te digo
Peço-te o prazer legítimo
E o movimento preciso
Quando o tempo for propício
De modo que o meu espírito
Ganhe um brilho definitivo
E eu espalhe benefícios
Tempo, tempo, tempo, tempo*

“Oração ao tempo” (Caetano Veloso)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – Juventudes e velhices em face das “práticas de educação física” na década de 1930.....	41
1.1 A construção de uma “juventude saudável” em um país moderno e as práticas de educação física	41
1.1.1 As representações de médicos e jornalistas sobre uma “juventude saudável”	45
1.1.2 A necessidade de uma institucionalização da Educação Física.....	57
1.1.3 Juventudes, esportes e política na década de 1930	72
1.2 As múltiplas velhices da década de 1930 e os discursos sobre o rejuvenescimento.....	84
1.2.1 Medicina, ciência, publicidade e suas representações sobre a velhice em cidades brasileiras na década de 1930	93
CAPÍTULO 2 – Juventudes e esportes em meio aos conflitos políticos nos anos de 1960 e 1970	109
2.1 Guerra Fria e esportes na imprensa: um caminho para as representações das juventudes conservadoras (1959-1972)	109
2.2 As “práticas de educação física” e as juventudes em <i>O Pasquim</i> e no <i>Movimento</i> (1969-1980)	130

CAPÍTULO 3 – Velhices, saúde, aposentadoria e cuidados de si nas décadas de 1960 e 1970.....	159
3.1 As velhices entre a luta de direitos e a produtividade	159
3.2 Individualização da saúde, velhices e a disciplina corporal das “práticas de educação física”	187
CAPÍTULO 4 – O envelhecimento que enaltece a juventude e a juventude que administra o envelhecimento nos anos de 1980	221
4.1 Uma velhice em movimento e em direção à juventude	221
4.2 Velhices e juventudes que fomentam o direito à saúde	249
CONSIDERAÇÕES FINAIS	281
FONTES.....	295
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	309

INTRODUÇÃO

Em 1970, Simone de Beauvoir publicava na França a primeira edição do livro *La Vieillesse*. O fato imediatamente chamava a atenção dos leitores brasileiros e dos jornais. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, apresentou uma resenha da obra, de autoria de Beatriz Bomfim, intitulada “Simone de Beauvoir é uma velha”.¹ Em um trecho de *La Vieillesse*, a filósofa francesa, em seus caminhos de compreensão sobre a velhice, mobiliza também a juventude:

Um homem idoso que se sente ainda muito jovem ficará tão revoltado diante da proximidade da morte quanto ficaria um quadragenário acometido de uma doença incurável. Ele não mudou; sua vitalidade e o interesse que tem pelo mundo estão intactos; e um veredito exterior lhe comunica que suas chances de vida estão reduzidas a uma dezena de anos!²

É interessante observar que as representações sobre a velhice não escapavam do diálogo sobre outra etapa da vida que parece condicionar sua oposição: a juventude. Concomitantemente, no mesmo ano de 1970, Hannah Arendt publicava o livro *On Violence*, no qual atribuía à parcela da juventude orientada por uma radicalidade política um papel crucial na crítica às sociedades modernas. No entanto, seria apenas uma parcela de

¹ *Jornal do Brasil*, 21 fev. 1970, p. 8.

² Beauvoir, 1990, p. 542.

jovens que se colocava contra os idosos, não contra todos, pois eles não são e não eram sempre conservadores. Naqueles anos entre 1960 e 1970, explica Arendt, havia:

[...] como uma ponte entre as gerações, de “nossos medos” comuns de que armas cada vez mais tecnológicas possam destruir toda a vida, que a tecnologia irá deformar cada vez mais os homens que vivem na cidade, assim como já degradou a terra e obscureceu o céu; que o “progresso” da indústria irá destruir a possibilidade de trabalhos interessantes; [...] Parece natural pensar que estas verdades deveriam ser mais frequentes entre físicos e biólogos do que entre cientistas sociais, mesmo que os estudantes das primeiras faculdades tenham sido muito mais lentos em se rebelar do que seus colegas das humanidades. Assim, Adolf Portmann, o famoso biólogo suíço, vê a lacuna entre as gerações como tendo pouco ou nada a ver com um conflito entre jovens e idosos.³

Naquele momento, depois de 1968, Arendt⁴ compreendia que não se tratava de jovens contra idosos ou de um conflito geracional, mas dos descontentamentos daquela juventude engajada contra uma sociedade moderna de consumo e suas instituições. As gerações não eram blocos homogêneos, já que, nos diferentes sentidos que ganham os termos “velhice” e “juventude”, observavam-se variações pertinentes a diferentes tempos e lugares. As idades têm história. Conseqüentemente, evidenciou-se tanto para os estudiosos dos jovens quanto para os dos idosos que, mais do que etapas da vida biológica, juventude e velhice são construções sociais. Por isso, há a necessidade de falar em velhices e juventudes no plural.

Na literatura internacional, Vern Bengtson, Glen Elder Jr. e Norella Putney⁵ afirmam que o estudo do “curso da vida” pode considerar todas as etapas da vida através de experiências compartilhadas entre gerações, desde a infância até a velhice. Segundo os pesquisadores, em

³ Arendt, 1970, pp. 92-93. Tradução nossa.

⁴ *Idem, ibidem.*

⁵ Bengtson, Elder Jr. & Putney, 2005.

uma publicação da Universidade de Cambridge sobre o envelhecimento, intitulada *The Cambridge Handbook of Age and Ageing*, os estudos do “curso da vida” auxiliam na percepção sobre a localização das pessoas nas relações familiares e sociais, evidenciando diversas culturas, que variam em relação ao tempo e ao lugar.

Nesta perspectiva, para a antropóloga Guita Grin Debert,⁶ velhice não é definida apenas por uma faixa etária, pois não é construída invariavelmente por meio de um processo biologicamente determinado, mas é sobretudo “socialmente produzida”, já que a “a idade cronológica, nas sociedades ocidentais, é estabelecida por um aparato cultural”.⁷ Assumimos, neste livro, o termo “velhice” por entendermos que, até os anos de 1960, ele era amplamente utilizado para se referir a este grupo etário simplesmente denominado como “velho”.⁸ No entanto, evitaremos o uso dos termos “velhos” ou “velhas” como adjetivos, pois eles passaram a ser utilizados de forma pejorativa e atualmente são considerados ofensivos por muitos idosos. A exceção está na análise de fontes nas quais eles são usados com frequência, principalmente, mas não exclusivamente, datadas entre as décadas de 1930 e 1960. Já em relação ao substantivo “velhice”, o utilizamos também em um sentido epistemológico, pois os estudos históricos, antropológicos e sociológicos o fazem por entenderem a velhice como fenômeno social multifacetado e que sua desconstrução foi baseada em interesses profissionais, políticos e econômicos.⁹

Nesse sentido, concordamos com a crítica de Shirley Prado e Jane Sayd,¹⁰ para a qual a negação da velhice, por exemplo, por parte de pesquisas dos campos da Geriatria e Gerontologia, sustenta narrativas científicas homogêneas e, por vezes, impositivas sobre uma saúde perfeita, uma “Terceira Idade”, “além de neologismos que mostram bem o caráter

⁶ Debert, 2006.

⁷ Debert, 2004, p. 47.

⁸ Peixoto, 2006.

⁹ Prado & Sayd, 2006.

¹⁰ *Idem, ibidem.*

de vida ativa, autônoma e participante que essas pessoas devem levar, como ‘felicidade’, ‘melhoridade’, ‘maioridade’, entre outros”.¹¹

Outrossim, em relação à juventude, os historiadores Giovanni Levi e Jean-Claude Schmitt¹² afirmam que ela é marcada como uma fase de transição entre a infância e a vida adulta e, portanto, não se estabelece simplesmente por um limite fisiológico ou por demografias ou estatutos jurídicos. Por exemplo, essa falta de clareza em determinar o que é ser jovem ou quem é jovem se explica na necessidade de observar as determinações culturais das sociedades humanas em diferentes tempos e lugares sobre as representações culturais da juventude.

Desse modo, qualquer tentativa de rigidez no estabelecimento de uma idade cronológica e biológica que defina o jovem e o idoso esbarrará nas diferentes representações sociais que dão sentido aos vocábulos. As determinações do que é jovial ou não passam por lutas simbólicas que demarcam essas etapas da vida mediante determinadas circunstâncias sociais.

Ao seguir essa lógica argumentativa, compreendemos que, em vez de definir o que é velhice ou o que é juventude, seria necessário observar suas pluralidades. Novamente os pesquisadores no campo das ciências humanas¹³ ressaltam que não há apenas uma juventude ou apenas uma velhice. Na esteira desse argumento, pensamos que, no caso de uma história dos jovens e dos idosos, seria importante considerar que, por meio das diferenciações sociais, como gêneros, classes sociais, etnias, há uma transposição de representações da juventude e da velhice que fomenta uma pluralidade de sentidos às formas de envelhecer e ser jovem. Diante dessa premissa, é primordial reforçar metodologicamente as impossibilidades de qualquer desejo de homogeneidade ou generalização. Por isso, adotamos a prerrogativa de que este estudo é delimitado pela análise de representações de velhices e juventudes em uma pluralidade, o

¹¹ *Idem*, p. 495.

¹² Levi & Schmitt, 1996.

¹³ Cf. Levi & Schmitt, 1996; Thane, 2003; Katz, 1998.

que acarreta, em nosso desenho metodológico, a necessidade de definição mais precisa sobre os tempos e os lugares de observação das velhices e juventudes.

O nosso principal objetivo foi compreender e descrever as relações entre “práticas de educação física” e as representações sobre juventudes e velhices em diferentes períodos do século XX, mediante o processo de modernização das cidades brasileiras de São Paulo e Rio de Janeiro. Particularmente, objetivamos também evidenciar as “práticas de educação física” incentivadas ou criticadas em relação aos jovens e idosos, perante conflitos e conciliações oriundos de diferentes grupos sociais e indivíduos; descrever as representações sobre juventudes e velhices que emergiram de parte da imprensa escrita veiculada nas duas cidades; analisar aproximações e distanciamentos entre os textos jornalísticos da “grande imprensa” e de uma “imprensa alternativa” em conjunto com publicações acadêmicas tematizadas pelas “práticas de educação física”, nas duas cidades, vislumbrando pedagogias, serviços e produtos voltados aos jovens e idosos.

Optamos, então, por analisar as representações sobre velhices e juventudes em um campo privilegiado, ou seja, em determinado espaço de disputas e de institucionalização no qual as práticas fossem encadeadas por discursos especializados. Nesse momento, compreendemos que as representações sobre velhices e juventudes fossem estar presentes de forma mais nítida nas práticas culturais e talvez, em particular, nas “práticas de educação física”. Compreendemos as “práticas de educação física” como um conjunto de esportes, ginásticas, atividades e exercícios físicos, jogos, lutas, divertimentos e lazeres ativos com finalidades específicas e que mobilizam diversos agentes sociais institucionalizados, e profissionais especializados, como atletas profissionais, professores de Educação Física, médicos, técnicos e terapeutas, e não institucionalizados, como praticantes amadores em diferentes etapas da vida.

Certamente as “práticas de educação física”, por suas dimensões culturais e simbólicas, eram disseminadas em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse sentido, os esportes, por exemplo, ampliavam

suas redes de praticantes em um processo transnacional que, para historiadores do esporte, serviu para o estabelecimento não apenas de uma agenda cultural no âmbito mais amplo do imperialismo britânico do século XIX, mas também como um concurso social que promoviam as elites de cidades como Roma, Paris, Nova York e Londres. Nesses contextos citadinos, as classes burguesas disputavam o protagonismo dessas “práticas de educação física”, em especial, os esportes. Assim, o Império britânico foi um duradouro exportador do futebol, remo, ciclismo e turfe para várias cidades em uma perspectiva global,¹⁴ e São Paulo e Rio de Janeiro foram também seus importadores na passagem do século XIX para o XX.¹⁵

No Brasil, essas disputas entre as elites pelo controle do esporte também foram patentes, como revelam os estudos de Mauricio Drumond,¹⁶ que abordaram os conflitos entre grupos distintos da elite carioca em relação ao debate sobre profissionalismo e amadorismo na década de 1930 no Rio Janeiro; de Christina Peters¹⁷ e Fábio Franzini¹⁸ sobre as disputas entre as elites paulista e carioca em relação à liderança das competições esportivas no país já nas primeiras décadas do século XX; e também de Wilson Gambeta¹⁹ sobre o reconhecimento do futebol como uma prática distintiva no seio das elites paulistanas.

Entre os anos de 1920 e 1930 no Brasil, essas práticas ganhavam novos sentidos em um contexto cultural, social e político que passava por transformações. Conforme explicam Micael Herschmann e Carlos Pereira,²⁰ havia então uma necessidade premente de pensar o país em

¹⁴ Cf. Mangan, 1986; Holt, 1989.

¹⁵ Cf. Góis Junior; Lódola & Dyreson, 2015; Lessa; Soares & Moraes e Silva, 2023; Melo, 2001.

¹⁶ Drumond, 2006.

¹⁷ Peters, 2014.

¹⁸ Franzini, 2003.

¹⁹ Gambeta, 2015.

²⁰ Herschmann & Pereira, 1994.

termos nacionais, em outras palavras, a desejada “modernidade” não poderia ser uma cópia da europeia, pois ela precisava ter mais tons de uma identidade brasileira. Falamos de uma identidade nacional que se diferenciava de outras construções simbólicas patentes desde o século XIX no Brasil, porque, como alude Lucia Lippi de Oliveira,²¹ nos anos de 1920, ressaltava-se uma identidade nacional marcada pela crítica aos valores europeus em decadência, depois da derrocada da *belle époque* e da Primeira Grande Guerra.

Diferentemente do período anterior, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do século XX, no qual havia uma persistência pretensamente impositiva de padrões europeus de civilidade, a produção cultural brasileira nos anos de 1920 e 1930 buscava uma “modernidade nativa”.²² Nessa perspectiva, Wood²³ compreende que, por exemplo, após a Semana de Arte Moderna de 1922, várias das principais figuras literárias da capital paulista recorreram ao futebol em suas criações, buscando desenvolver um novo modelo de brasilidade, mas que no geral não vislumbravam no futebol um exemplo modernista pertinente. Dessa forma, apenas a prática popular do esporte poderia dar vazão a uma reinterpretação antropofágica, pois só se “faz possível à cultura popular brasileira tomar para si a cultura colonizadora, reinventando-a sob um viés distinto e imprimindo-lhe uma outra configuração civilizatória – como acontece, justamente, com o destino do futebol inglês no Brasil”.²⁴ Esse papel central dado ao futebol certamente não foi consenso entre cronistas, literatos, médicos e educadores, o que gerou críticos e defensores da prática.

Por exemplo, Bernardo Buarque de Hollanda²⁵ ressaltava que havia um entendimento de que o futebol era um fator de alienação para alguns

²¹ Oliveira, 1997.

²² Herschmann & Pereira, 1994.

²³ Wood, 2019.

²⁴ Wisnik, 2008, p. 181.

²⁵ Hollanda, 2004.

literatos, como Oswald de Andrade nos anos de 1930, e, antes dele, Lima Barreto e Graciliano Ramos na década de 1920. No entanto, outros, como José Lins do Rêgo, contribuíram para a construção de uma identidade nacional associada ao futebol.

Por outro lado, como relata Maurício Parada,²⁶ imperava concomitantemente no período – com a vitória de Getúlio Vargas em 1930 e o Estado Novo a partir de 1937 – uma representação de “juventude cívica”, com bases em um discurso autoritário que se impunha por meio de datas comemorativas, desfiles, cantos e “práticas de educação física” impregnadas pelo disciplinamento da Escola. Nesses anos, em São Paulo, observa-se que institucionalmente a Educação Física com letras maiúsculas era mais pautada, no campo discursivo, em posturas higienistas e ideais eugênicos de médicos e educadores do que em práticas mais identificadas com o popular ou com os usos do esporte por parte de jovens pobres.²⁷

No momento em que a educação e a saúde são articuladas como relevantes políticas para o projeto moderno de país,²⁸ os esportes não poderiam ser vistos apenas como divertimentos. Isso ocorre porque, na perspectiva dos higienistas, a prática esportiva “poderia ser útil para a promoção da saúde, higiene, disciplina, uma ferramenta que poderia contribuir com o progresso do país”.²⁹

No que se refere à década de 1930, são muitos os estudos que abordam a necessidade de projetos nacionais de educação e saúde para a conformação da sociedade brasileira, em um tempo no qual médicos higienistas³⁰ e educadores escolanovistas³¹ encontraram um ponto em comum no incremento da Educação Física como disciplina escolar com objetivos de formação de um homem nacional. Naquele momento, tratava-se da defesa

²⁶ Parada, 2003.

²⁷ Dalben & Góis Junior, 2018.

²⁸ Carvalho, 1998.

²⁹ Melo, 2021, p. 579.

³⁰ Lima & Hochman, 1996.

³¹ Carvalho, 1998.